

Bisol apóia cancelamento e promete revogar provas

JOÃO CARLOS HENRIQUES

O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) afirmou ontem que o concurso interno do Senado, na medida em que envolve a passagem de um funcionário de uma carreira para outra, é "inconstitucional". Bisol disse que ele próprio vai tomar providências para que "o concurso não valha". O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), a exemplo de Bisol, entende que "todo concurso tem que ser público". Também concordando com Bisol, Lucena foi um dos autores do Artigo 37 da Constituição, segundo o qual o aprovado em concurso público terá prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego.

Lucena amenizou suas declarações, entretanto, afirmando que ainda não conversou com o presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE) sobre esse assunto. "Desconheço por que este concurso está sendo realizado e por isso

não quero prejudicar antes de conversar com o Benevides", destacou o líder do PMDB. Ele frisou, porém, que "todos devem ter acesso aos concursos".

Já o senador Antônio Mariz (PMDB-PB) disse não ter maiores informações sobre o concurso interno. "Pelo que soube, trata-se de uma ascensão funcional por concurso interno, o que é, no meu entender, uma matéria controversa, uma vez que o Supremo Tribunal Federal ainda não se pronunciou a respeito".

Equívoco — O senador Chagas Rodrigues (PSDB-PI), que é membro titular da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, disse que esse assunto já foi debatido no âmbito dessa comissão. "Uma pessoa para exercer cargo ou função nova precisa se submeter a concurso público e não a concurso interno", afirmou Chagas Rodrigues, acrescentando que um concurso in-

terno não lhe parece estar de acordo com a Constituição. Especificamente sobre o concurso interno do Senado, Rodrigues disse que não gostaria de fazer críticas à Mesa Diretora da Casa. "Se fizer críticas, farei no âmbito interno, pois não me agrada criticar o comportamento de companheiros".

De acordo com Chagas Rodrigues, a Mesa não está agindo de má-fé. "Não tenho a menor dúvida que a Mesa está levada por bons propósitos", frisou o senador. "O que pode estar acontecendo, no máximo, é um equívoco", entende Rodrigues.

O senador Coutinho Jorge (PMDB-PA) acredita que a Mesa Diretora do Senado tomou a melhor decisão, que foi a de adiar o concurso e discutir a sua legalidade amanhã. "A Mesa, certamente, vai analisar o assunto com cautela, pois na situação em que o País está é preciso se ter muita cautela", pregou Coutinho.